



OCUPAÇÃO URBANA DO RIO JAGUARI, NO MUNICÍPIO DE JAGUARI, RIO GRANDE DO SUL- BRASIL: TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO

Isabela Silveira Mello ¹
Ivanio Folmer ²
Ane Carine Meurer ³
Thomás Lixinski ⁴

Resumo: O território é formado pelas relações sociais, sendo estas intermediadas pelas relações de poder, e tem o espaço como condição primordial. As transformações que nele se efetivam dizem respeito às conflitualidades que envolvem as diferentes territorialidades. O objetivo deste texto é conhecer e discutir sobre os sujeitos que são afetados constantemente pelas cheias do Rio Jaguari, no município de Jaguari, Rio Grande do Sul. Tentando compreender se esses sujeitos pertencem às populações tradicionais ou são sujeitos que criam um território segregado. Através da metodologia do estudo de caso e da aplicação de questionários semiestruturados juntamente com a abordagem quantitativa pode-se chegar a resultados satisfatórios que forneceram subsídios para que fosse possível responder à questão norteadora que deu início ao trabalho. As descobertas apontam que as populações residentes em áreas de risco apresentam condições socioeconômicas e socioculturais relativamente baixas, e por se tratar de um espaço natural, próximo ao rio, sujeitos e território transformam-se em vítimas da segregação.

Palavras-chave: Território, Segregação, Ribeirinhos, Multidimensionalidade.

TERRITORIAL TRANSFORMATION: URBAN OCCUPATION OF JAGUARI RIVER, IN JAGUARI CITY, RIO GRANDE DO SUL – BRAZIL

Abstract: The territory is formed by the social relations, which are mediated by power relations, and has space as a primordial condition. The transformations that take place in it relate to the conflicts that involve the different territorialities. The aim of this text is to know and discuss about the subjects who are constantly affected by the floods of the Jaguari River, Rio Grande do Sul. Trying to understand if these subjects belong to traditional populations or are subjects that create a segregated territory. Through the methodology of the case study and the application of semi-structured questionnaires with the quantitative approach, it was possible to reach satisfactory results that provided subsidies so that it was possible to answer the guiding question that started the work. The findings indicate that populations residing in risk areas have relatively low socioeconomic and sociocultural conditions, and because it is a natural space, close to the river, subjects and territory become victims of segregation.

Keywords: Territory, Segregation, Riverside people, Multidimensionality.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, isaasmello@hotmail.com;

² Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, ivaniofolmer@yahoo.com.br;

³ Professora Doutora, do Departamento de Educação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, anemeurer@gmail.com;

⁴ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, thomaslixinski@gmail.com.



Introdução

As transformações territoriais ocorridas no campo e na cidade trazem grandes mudanças na contextualização da transformação urbano e rural. A industrialização do campo significa o fim do habitat rural, e este fenômeno impacta diretamente nas cidades, indiferente de sua escala. Estes impactos significam a transformação dos territórios e paisagens. Fato este em evidência a partir dos anos 2000 com maior intensidade.

Para Gottmann (2012), o território é gerado por indivíduos que organizam o espaço segundo seus próprios objetivos. Da mesma forma, Marcelo José Lopes de Souza (1996) apresenta o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Neste sentido, Santos (1978) sugere:

O território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo (Santos, 1978 p. 86).

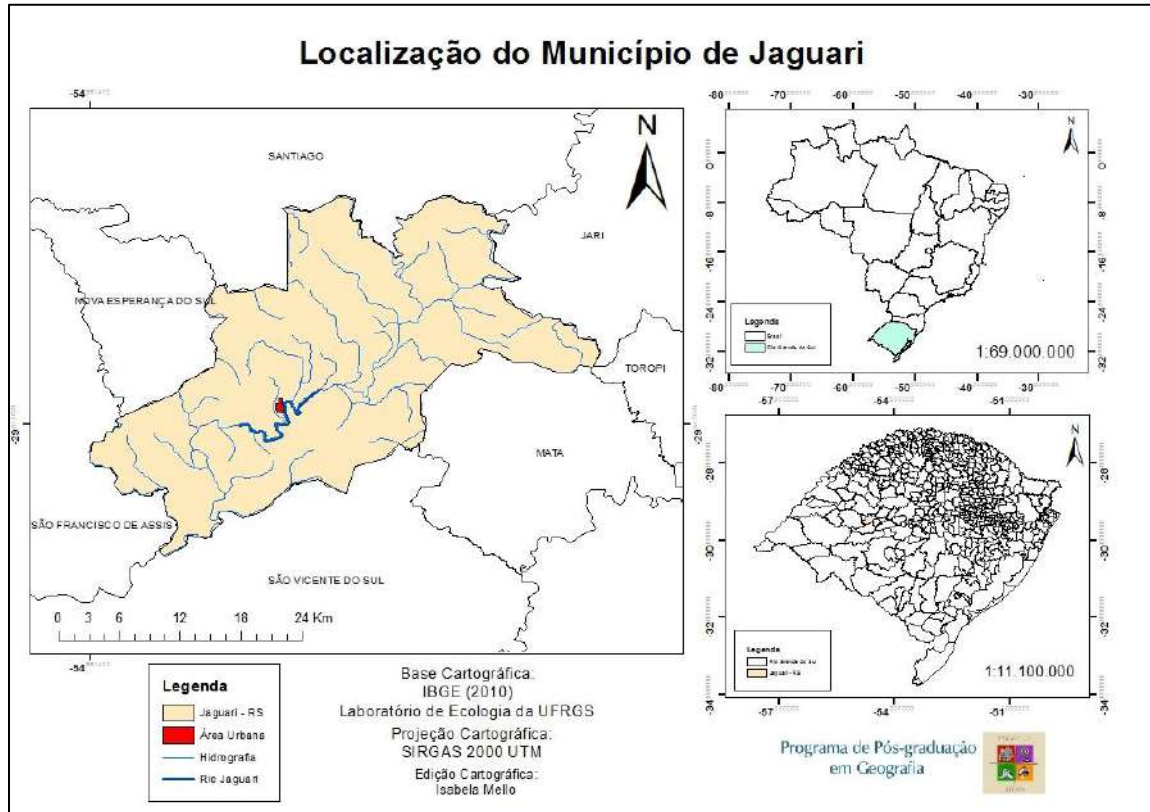
É de conhecimento da comunidade geográfica que o surgimento das cidades se deu especialmente às margens dos rios, sendo eles os responsáveis integralmente pela formação das civilizações. A água deste modo é um bem requisitado pelos sujeitos desde o início das civilizações: Água para o consumo, Água para Higiene, Água para o transporte de pessoas, e materiais.

Em Jaguari, na região central do Estado do Rio Grande do Sul (Mapa 1) aconteceu exatamente este fenômeno. Os primeiros agrupamentos urbanos foram acontecendo às margens do Rio que dá nome a da cidade.

Considerada uma cidade de pequeno porte, Jaguari está localizada a aproximadamente 102 km de Santa Maria - RS e 400 km da capital do estado, de Porto Alegre – RS e possui uma área geográfica de 861,4 km², com uma altitude de 112 metros. Com aproximadamente

11.500 habitantes, segundo o último Censo do IBGE, Jaguari é conhecida como a cidade das belezas naturais.

Mapa 1 - Localização do Município de Jaguari – RS/Brasil.



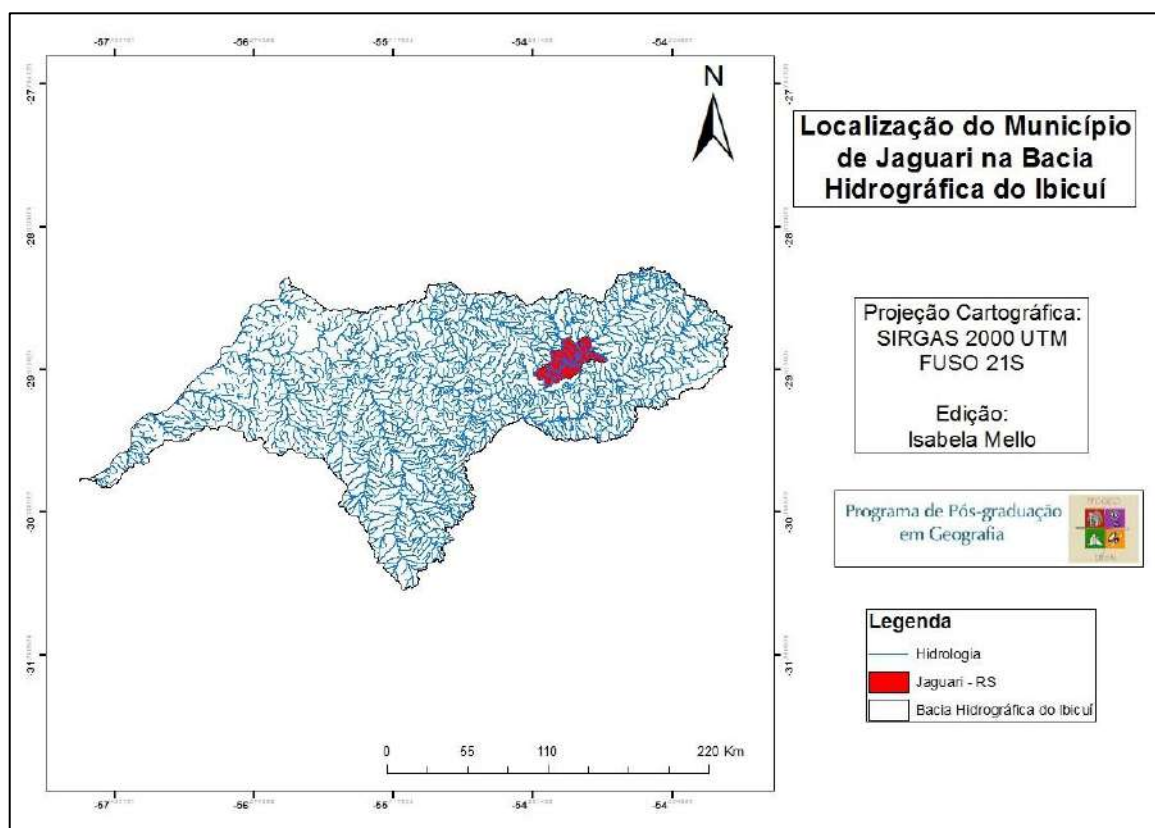
Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A região central do Estado é composta por municípios que possuem características semelhantes, desde o processo de colonização, até a ocupação e uso do solo, onde as quais, são de fato os grandes agentes que dão formas aos territórios e alteram suas paisagens.

Na região centro do estado do Rio Grande do Sul está à bacia do Rio Jaguari, a qual compõe a bacia hidrográfica do Rio Ibicuí (Mapa 2).

A bacia do Ibicuí é a maior bacia do Rio Grande do Sul, com 36.397,69 km², situa-se a oeste do Estado, entre as coordenadas geográficas 28°53' e 30°51' de latitude Sul e 53°39' e 57°36' de longitude Oeste, abrangendo 30 municípios, drenando uma área de 35.439km², contando com uma população total de 414.321 habitantes.

Mapa 2 – Bacia Hidrográfica do Ibicuí.



Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

A microbacia do Rio Jaguarí encontra-se no perímetro urbano do município de Jaguarí, compreendendo quatro bairros. Em períodos de cheias, a população que reside em áreas de várzea nesses bairros é afetada pelas águas das chuvas. Cerca de 50 famílias são periodicamente atingidas, totalizando em média 200 pessoas. (Lixinski e Mello, 2016).

O objetivo deste texto é problematizar e discutir sobre os sujeitos que são afetados constantemente pelo volume de água dos rios, no período de cheias. Essa problematização acontece pela inquietação dos pesquisadores acerca da realidade que visualizam: Todos os anos, várias vezes por ano esses sujeitos precisam sair de suas casas, retirando tudo o que conseguem com o auxílio da defesa civil, e após o recuo da água, estes sujeitos voltam a ocupar suas casas⁶.

Desta forma, cria-se a hipótese que esses sujeitos compõem a classe das populações tradicionais, sendo chamados de ribeirinhos, já que são sujeitos que fazem parte de um processo de exclusão social.

⁶ Apresenta-se aqui a discussão sobre a regularização fundiária do município, que não será tratada neste texto.



Para que pudéssemos chegar a um esclarecimento, utilizou-se pesquisa a campo com aplicação de questionários para conhecer previamente quem são os sujeitos que ocupam as margens do Rio Jaguari, no município de Jaguari, RS, Brasil.

Antecipadamente, podemos compartilhar que essa população urbana, nem sempre residiu neste local, nota-se que esses sujeitos estão ali inseridos a bastante tempo, entretanto, são sujeitos que vieram do espaço rural, logo no início do processo de industrialização e expansão da agricultura hegemônica, em especial a soja, no município, assim, não há mais espaços para esses sujeitos no campo, com isso pensa-se que o agronegócio e produção em larga escala, são efetivados através de uma hegemonia do capital (HARVEY, 2009).

DESDOBRAMENTOS ACERCA DO TERRITÓRIO DE JAGUARI, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

O espaço rural e urbano em cidades pequenas encontra-se bastante difundido, uma vez que o passaram por profundas transformações a partir da segunda metade do século XX, que resultaram em novas dinâmicas multidimensionais (econômicas, sociais, culturais e políticas) nas relações entre esses recortes territoriais, impondo a necessidade de ressignificações aos conteúdos de rural e urbano.

Em Jaguari/RS, o espaço urbano é organizado a partir de sua estrutura local. O município conta com áreas de relevo montanhoso e de planície. Onde, a parte mais elevada são ocupadas por uma determinada população. Do mesmo modo, as áreas de planícies são ocupadas por sujeitos que apresentam um perfil diferente. Usualmente, os sujeitos que ocupam áreas baixas, delineadas pela rede hidrográfica, são denominados de ribeirinhos.

Como afirma Arruda, ribeirinhos são populações que:

Apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. Essas populações – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes – em geral ocupam a região há muito tempo, não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território



encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. (Arruda, 2000, p, 89).

Da mesma forma, é perceptível que estas populações têm uma ligação muito forte com o rio, onde ele faz parte integralmente de suas vidas pelo fato de necessitarem dele para desenvolverem suas atividades de autoconsumo.

No entanto, enfrentam-se dificuldades no levantamento e discussões sobre essas comunidades, onde hoje, é visível o abandonado social, obrigando esses sujeitos pertencentes a grupos específicos a ficar fora da sociedade, mesmo nela estando inseridos.

Em Jaguari/RS, algumas políticas públicas exercem algumas ações (estas, serão explicitadas ao longo do texto) para amenizar os impactos proferidos contra os sujeitos que residem a beira do Rio Jaguari, se localizam especialmente nos bairros Sagrado Coração de Jesus, no Centro da Cidade, e no bairro Rivera, entretanto, essas ações governamentais estão longe de alcançar uma totalidade em suas resoluções.

O município em quase toda a sua extensão é banhado pelo Rio Jaguari, e o desenvolvimento econômico município sempre esteve atrelado ao rio, onde o mesmo atravessa a área urbana do município, possuindo cerca de 1,7 km.

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA, 2014), a área de drenagem do Rio Jaguari possui em torno de 2.320 km². Além do canal principal do rio Jaguari, há uma sanga, denominada de Curtume, afluente do rio Jaguari, por sua vez também passa pela cidade, e, esta, quando represada, é alvo, das inundações que ocorrem no município.

Os agrupamentos dos sujeitos que residem em torno do rio, aqui também chamados de ribeirinhos constituem-se em áreas de planícies, as quais são mais propensas aos impactos das grandes cheias e a incidência das inundações. Esse fator influencia a classe média e alta a se afastarem das áreas urbanas definidas como área de risco, fazendo com que a especulação imobiliária sobre as áreas mais nobres da cidade pressione a população menos favorecida a ocupar os ambientes naturais impróprios para moradia (Coelho, 2001).

Sabe-se então, que nestas áreas as enchentes causam grandes prejuízos aos atingidos, tornando difícil a remoção dos flagelados e seus pertences para locais seguros; consolidando assim uma expansão urbana caracterizada por desigualdades sócio territoriais e uma segregação espacial das populações de baixa renda.

Vários são os motivos que levam uma determinada população a se instalar em áreas consideradas com riscos ambientais. Entre alguns exemplos, pode-se destacar a falta de



condições financeiras para adequarem-se às áreas com melhor infraestrutura, fato que pode estar ligado a especulação imobiliária (SANTOS; CHAVES, 2009).

Quando pessoas passam a ocupar áreas passíveis de enchentes e escorregamentos elas se tornam vulneráveis a estes eventos naturais, assim, vulnerabilidade é o grau de perda para um dado elemento ou grupo dentro de uma área afetada por um processo (Brasil, 2004).

Segundo (Brasil, 2007) no contexto das cidades brasileiras, essas áreas correspondem a núcleos habitacionais de baixa renda ditos assentamentos precários ou subnormais. A Política Nacional de Defesa Civil (Brasil, 2000) aponta alguns tipos de vulnerabilidades dentre elas a vulnerabilidade social que se distingue em aspectos socioeconômicos como: nível de renda e as condições estruturais dos domicílios, os aspectos socioculturais e sociopolíticos. Tal afirmação comprova a carência sócio educacional e socioeconômica da população que é atingida frequentemente pelas inundações.

Deste modo, em Jaguari/RS acontece por ano em torno de três cheias do rio, segundo o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID, do Governo Federal, tais eventos estão relacionados na Figura 1, onde estão ilustrados os pedidos de “ajuda” do município nos anos de 2015 e 2016. Estes mobilizam a defesa civil e a comunidade que habita em torno do rio.

Figura 1 – Relatório do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID

The figure displays two screenshots of the S2ID system's 'Relatório Gerencial - Danos Informados' for Jaguari, RS. The top screenshot is for the period 01/01/2014 to 01/01/2015, and the bottom screenshot is for 01/01/2016 to 31/12/2016. Both reports show a population of 11,478 and a total of 4,315 affected individuals in 2015, and 3,145 affected individuals in 2016. The 2016 report shows a significant increase in 'Desalojados' (evacuated) from 7 to 100 and 'Desabrigados' (displaced) from 8 to 45.

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC											
Relatório Gerencial - Danos Informados											
Data Inicial: 01/01/2014			Data Final: 01/01/2015			Estado: RS					
1. DETALHAMENTO DE DANOS											
UF	Município	COBRADE	População	Mortos	Feridos	Enfermos	Desabrigados	Desalojados	Desaparecidos	Outros afetados	Total afetados
RS	Jaguari	12200 - Enxurradas	11.478	0	0	0	8	7	0	4.300	4.315

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC											
Relatório Gerencial - Danos Informados											
Data Inicial: 01/01/2016			Data Final: 31/12/2016			Estado: RS					
1. DETALHAMENTO DE DANOS											
UF	Município	COBRADE	População	Mortos	Feridos	Enfermos	Desabrigados	Desalojados	Desaparecidos	Outros afetados	Total afetados
RS	Jaguari	12200 - Enxurradas	11.478	0	0	0	45	100	0	3.000	3.145

Fonte: Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID, Governo Federal.



Com o movimento das águas crescentes a população se vê obrigada a sair de suas casas, enquanto no município é declarado situação de emergência. Logo, percebe-se que a ausência de medidas para redução dos efeitos dos desastres, acaba aumentando a intensidade, a magnitude e a frequência dos impactos.

Aspectos demográficos e econômicos do município de Jaguari/RS.

O município de Jaguari é considerado um município de pequeno porte, referindo-se aos índices populacionais, o município vem sofrendo um decréscimo nas últimas décadas. De acordo com Simmi (2002) em 1950, a população total do município era de 18.737, e se manteve estável até 1970, nas décadas seguintes houve um decréscimo de 33,3% na população total, chegando aos anos 2000 com 12.489 habitantes, e atualmente o município conta com uma população de aproximadamente 11.473 habitantes (IBGE, 2010).

Uma possível justificativa para esse fenômeno dentro do município é o êxodo rural⁷, onde grande parte da população do campo começa a se deslocar para a zona urbana e para as cidades mais próximas em busca de melhores oportunidades de emprego e renda. A saída do campo para a cidade é um evento bastante recorrente nos espaços rurais, consolidando um processo hegemônico no campo, onde há uma dominação de uma agricultura capitalista e seus modos de produção sob os sujeitos que não conseguem acessar essa forma de produzir. Quando os sujeitos que moram no campo, se direcionam para a cidade, não encontram espaço para adentrarem no espaço urbano deste município, o mesmo se articula e se direciona para municípios vizinhos.

Esse aspecto demográfico impacta diretamente na economia do município, onde a base da economia se dá através da agricultura e pecuária, estas, sendo as maiores fontes de arrecadação do município.

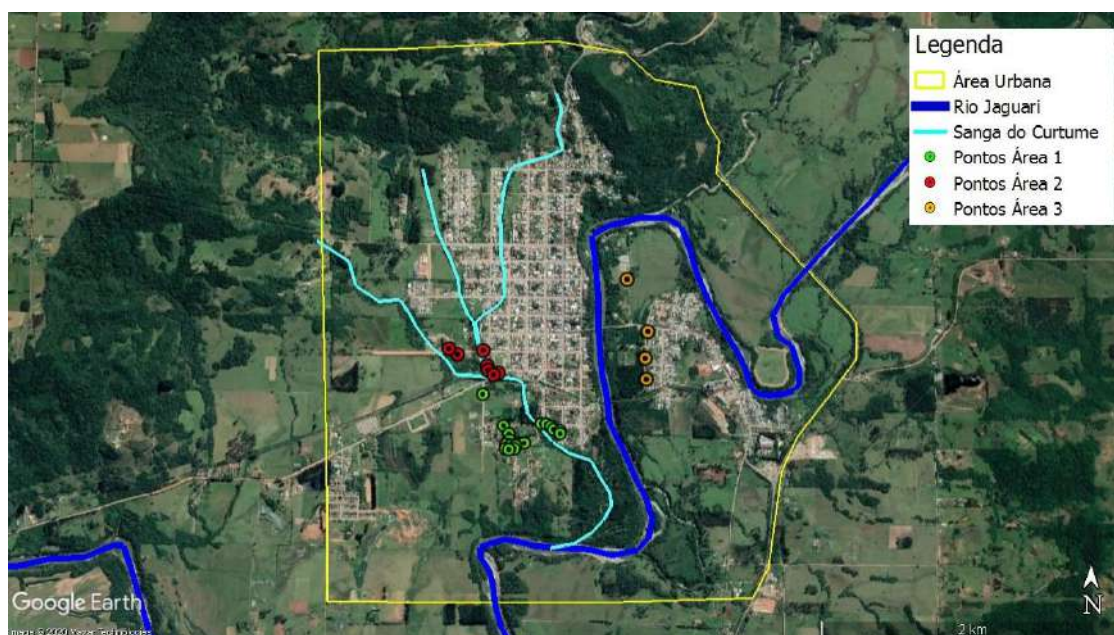
Outros setores ainda geram boas arrecadações, como a produção de vinhos, o comércio, a prestação de serviços e ainda, o turismo. O município é conhecido como a cidade das belezas naturais, com diversas cachoeiras, trilhas ecológicas e festas populares que atraem diversos turistas.

⁷ Êxodo rural é o termo pelo qual se designa a migração do campo por seus habitantes, que, em busca de melhores condições de vida, se transferem de regiões consideradas de menos condições de sustentabilidade a outras, podendo ocorrer de áreas rurais para centros urbanos.

Novas dinâmicas multidimensionais do território

A partir dos encontros com a população que vive às margens do rio Jaguari, da aplicação de questionários e coleta de pontos GPS⁸, possibilitou-se a confecção de um mapa dos pontos de residências que constituíram o estudo (Figura 2).

Figura 2 – Pontos das residências da população entrevistada.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

O questionário aplicado propunha realizar a caracterização socioeconômica dos atingidos por inundação, a fim de estabelecer o entendimento da relação dos mesmos com o território. Para tal, realizou-se um senso com a população atingida pelas inundações através de um questionário fechado, privilegiando questões como: motivação para morar no local, se há intenção ou não de se retirar do local, total de pessoas por casa, escolaridade, entre outros.

Sendo assim, compreendemos, ao desenvolver da pesquisa que as concepções de território que melhor explicam a realidade estudada estão amparadas conforme Raffestin (1993) e Moraes (1984).

Raffestin afirma que a produção do território se dá a partir de relações de poder que envolvem a sociedade, sendo elas, econômicas, culturais, educacionais, políticas, estruturais e

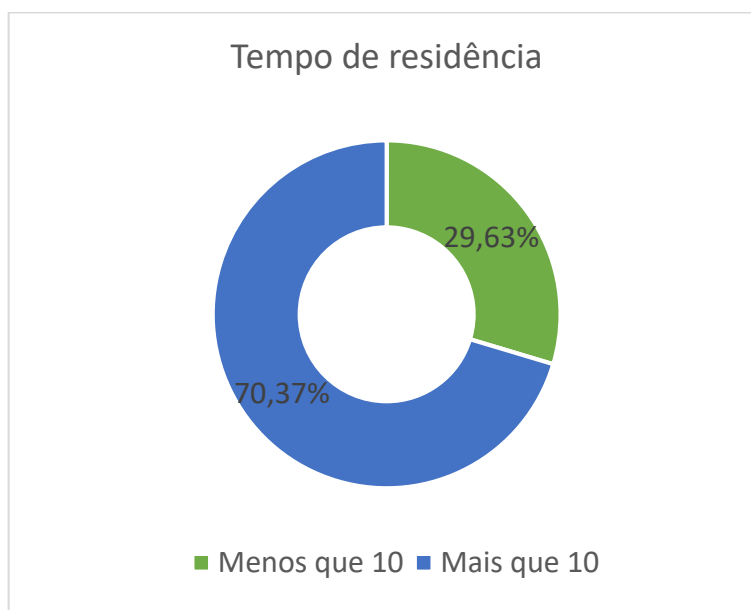
⁸ O sistema de posicionamento global, mais conhecido pela sigla GPS (em inglês *global positioning system*), é um sistema de navegação por satélite que fornece a um aparelho receptor móvel a sua posição, assim como o horário, sob quaisquer condições atmosféricas, a qualquer momento e em qualquer lugar na Terra;



socioafetivas. Moraes complementa a ideia de Raffestin ao afirmar que há uma relação estreita entre a população e o território, no momento em que os sujeitos passam a se apropriar deste espaço ao seu modo de vida.

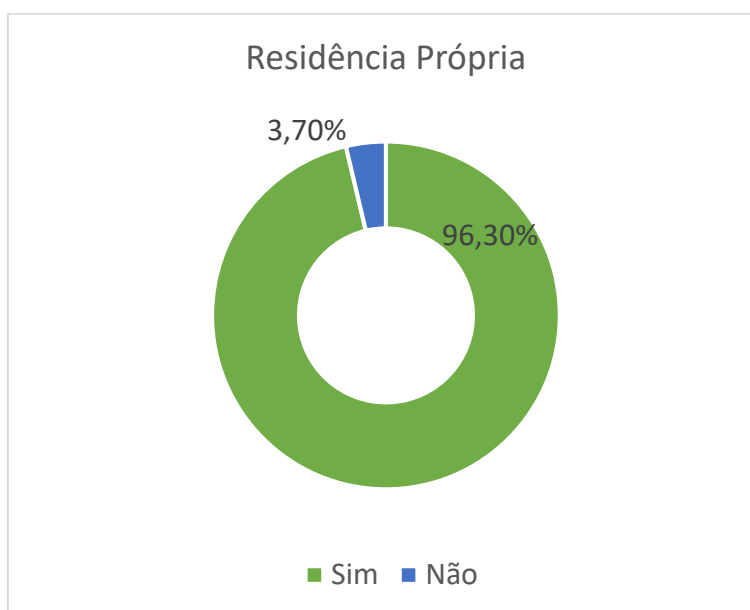
Percebeu-se de 70% dessa população reside a mais de 10 anos neste local (Gráfico 1) e não tem pretensão de sair, já que 96% dos possui residência própria (Gráfico 2), sendo 78% das casas de alvenaria, e 22% das casas são de madeira, e em boas condições de moradia.

Gráfico 1 – Tempo de residência no local.



Fonte: Autores, 2020.

Gráfico 2 - Propriedade das residências dos entrevistados.



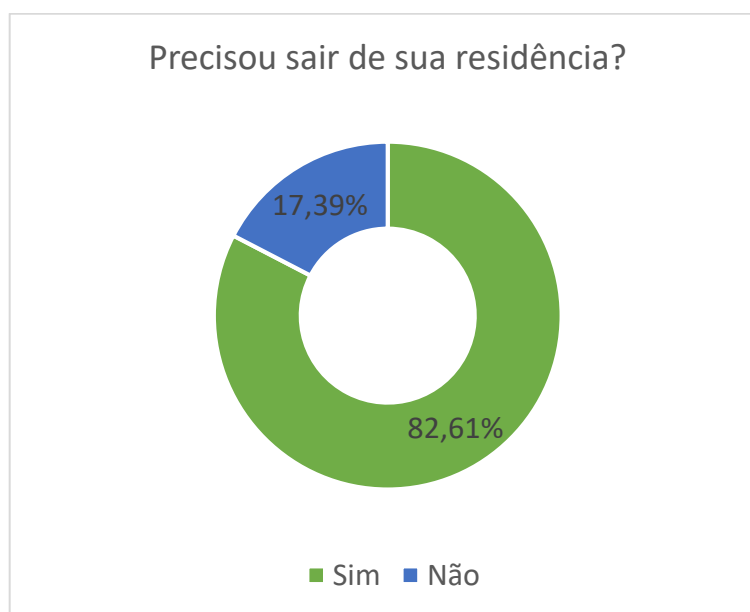
Fonte: Autores, 2020.



O ritmo de ida para essa comunidade se dá, então, há bastante tempo, e é constante, ou seja, mesmo com as grandes problemáticas que se apresentam nesta comunidade, ainda assim é um local procurado por moradores. A mudança na paisagem é visível, segundo relatos dos moradores, que percebem a diminuição das áreas verdes que circundam o rio. Há uma relação com o território onde estão inseridos, todavia, não há uma ligação afetiva que tange o cuidado, a preservação do ambiente que moram.

Cem por cento da população entrevistada já sofreu com as inundações, e 82,61 % precisaram sair de sua residência (Gráfico 3). Ainda, dentre as famílias entrevistadas, 42 % delas, relatam ter sido vítimas das inundações mais de 3 vezes. Fato que corrobora com o relatório do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID.

Gráfico 3 – Necessidade de sair da residência.



Fonte: Autores, 2020.

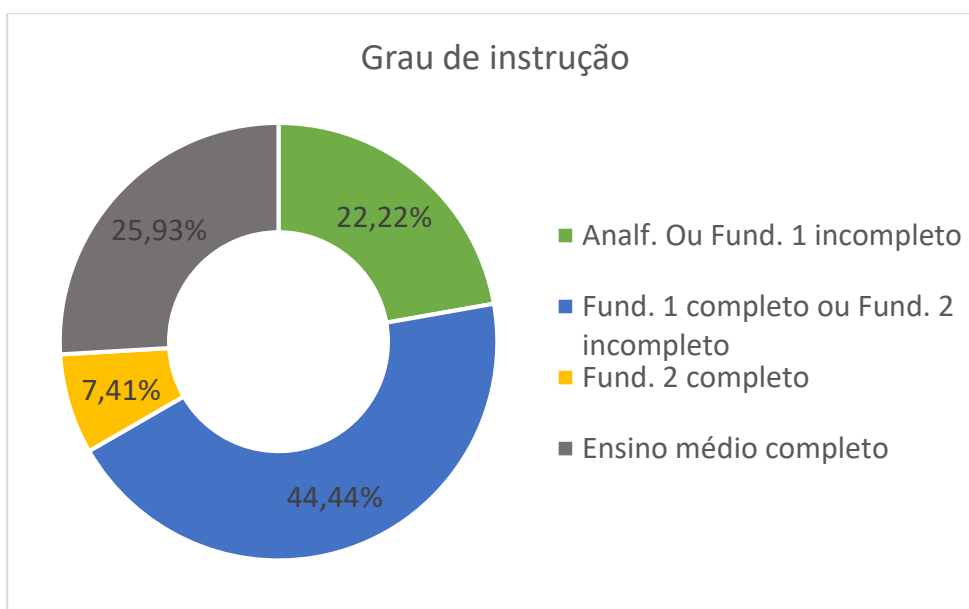
Durante as visitas a campo, percebeu-se que a maioria das residências são de alvenaria, se mostrando mais resistentes às intempéries, porém, algumas residências ainda são de madeira e expressam a realidade frágil e vulnerável da população. Estas residências dependendo do grau de magnitude da inundação, são postas abaixo, restando nada para os moradores, que precisam efetivar o processo de reconstrução. As perdas são materiais, entretanto, há um risco eminente de perda da vida, já que as águas do rio crescem repentinamente, uma vez que o Rio Jaguarí recebe água de afluentes menores no curso anterior a chegada à cidade, o que faz que as cheias



se façam presentes de modo bastante rápido, pegando os moradores de surpresa, de modo em que acompanhar o número de chuva não é suficiente, é necessário que eles fiquem atentos às condições do rio, se as águas estão subindo de forma acelerada, em velocidade maior, eles iniciam o processo de evacuação.

No que diz respeito ao grau de instrução, majoritariamente esta população tem um baixo grau de instrução, pois apenas 26% da população entrevistada têm o Ensino Médio completo e 67% delas têm o ensino fundamental incompleto (Gráfico 4). O que nos leva a discutir as profissões exercidas pela população, que são, em sua maioria, aposentados, serviços gerais, pedreiros, domésticas e donas de casa.

Gráfico 4 – Grau de instrução dos entrevistados.



Fonte: Autores, 2020.

Este é um dado que infelizmente não causa tanta estranheza, justamente, pela razão do desmerecimento a essas populações que são relegadas a segundas instancias, dentro de um projeto de sociedade, centralizadora de poder e recursos.

Em termos estruturais, não existe saneamento básico, em 100% dos entrevistados possuem fossa séptica e não possuem redes de esgoto, algumas áreas o esgoto corre a céu aberto, porém em contraponto todos recebem água tratada da Companhia Rio-grandense de Saneamento – CORSAN.

No município, esta população reside em sua maioria nos bairros Sagrado Coração de Jesus, no Centro da Cidade, e no bairro Rivera. Nos dois últimos, a estrutura física é boa, as



ruas são calçadas, existe sistema de água e esgoto e a população conta com melhores condições socioeconômicas. Já o primeiro é fruto de um programa de habitação desenvolvido pela prefeitura, e está localizado em uma área bem distante do centro do município. Este bairro surgiu, quando na enchente de 1984, uma grande parte da população ficou sem moradia, então a prefeitura os alocou nesta área, construindo moradias populares e temporárias para os mesmos. Mais adiante, um novo lote de casas foi construído neste local, abrigando mais pessoas de baixa renda. Essas pessoas, não só estão distantes geograficamente das cidades, como também dos serviços que são prestados, como saúde e educação.

O município, até o momento não possui um Plano Diretor⁹, pois este instrumento só é obrigatório para municípios com mais de 50 mil habitantes, mas segundo o documento que dispõe sobre as Delimitações do Território Urbano Municipal de 1989, as terras onde se encontra o bairro Sagrado Coração de Jesus não faziam parte do perímetro urbano do município, sendo incorporado, somente na data da Lei Municipal nº 1.836 de 31 de outubro de 1989.

Sendo assim, a falta de infraestrutura e o descaso da administração municipal para com a população desta área do município nos faz levantar a questão de segregação, social e espacial destes indivíduos.

No âmbito de reparação dos danos causados pelas inundações, o que se apresentam são apenas medidas estanques, que são postas em prática momentaneamente, entretanto, em nenhum momento ficou evidente a discussão dessas questões no âmbito geral, pensando em uma realocação desses sujeitos que sofrem grandes consequências com o curso normal dos rios.

Do mesmo modo, não é evidente nenhum programa de recuperação ambiental, ou que esteja minimamente preocupado com a condição do meio ambiente. Mesmo que, o cenário ambiental seja atrativo para turistas que vem de outros municípios.

O que se percebeu é a existência de uma base de saneamento básico, entretanto, muitos dos rejeitos dessa comunidade são amontoadas ao longo do curso do rio, até mesmo jogados dentro dele, o que nos assegura que, mesmo que essa comunidade resida beira-rio, e não há uma relação íntima de cuidado e bem querer naquele território que está em delineamento.

⁹ Plano Diretor Municipal é um instrumento para dirigir o desenvolvimento do Município nos seus aspectos econômico, físico e social.



O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área (apesar de importantes), o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? (Souza, 1995, pp. 78-9 grifo nosso)

Ainda, é necessário refletir, que os danos causados pelo processo de inundação são ampliados pela localização da população de baixa renda (mais vulnerável), muitas vezes, dispostas em posições geográficas propícias à ocorrência das inundações (áreas suscetíveis). Estes, denominados “ribeirinhos”.

No que tange ao pertencimento e relação social com o rio, não nos foi dito, entretanto, se percebe, que essa comunidade, não apresenta traços de grande relação com o lugar onde vivem, e essa sensação, justifica-se, através de nosso olhar, pelas grandes problemáticas enfrentadas por estes.

Conforme conversas informais com servidores do município, da defesa civil e o secretário de infraestrutura, esta população denominada ribeirinha é na verdade tratada por eles como “atingidos” pelo rio, o que reforça a ideia de segregação espacial, onde estes sujeitos perdem e estão em vistas de perder suas territorialidades de referência. Já que estão consolidando uma territorialidade que está sendo sobreposta a eles, uma territorialidade desconhecida, que está em construção, onde os definidores dessa territorialidade são sem dúvidas os elementos multidimensionais do território como a política, sociais, culturais e educacionais.

Considerações Finais

Os resultados apontam que as populações residentes em áreas de risco apresentam condições socioeconômicas e socioculturais relativamente baixas, sem condições financeiras e psicológicas de sair da situação de risco, o que nesse sentido, talvez devesse haver mais participação de órgãos públicos, do que da própria população.



Segundo, Roma (2008), na nossa sociedade capitalista, devido às lógicas de estruturação espacial a que estão submetidas às cidades e à produção social que engendra os espaços, as pessoas dos segmentos sociais de menor poder aquisitivo não têm o direito de decidir se moram em lugares melhores ou piores. Moram onde o preço da mercadoria terra/edificação é mais barato ou em áreas de ocupação irregulares, impróprias para moradia, sujeitando-se, assim, a viver em locais que agravam suas condições de vida.

Diante dos riscos observados é de necessidade fundamental a organização dos espaços urbanos bem como o investimento em medidas estruturais e não estruturais a fim de minimizar as diferenças econômicas e sociais nas áreas urbanas. Neste sentido não se pode desvincular o papel do Estado com o papel de aplicar políticas públicas. Já que o mesmo por sua vez, acaba realizando ações estanques, que não efetivam uma ação capaz de amenizar os efeitos sobre a vida humana.

No que se refere à gestão do solo urbano, cabe ao poder público o controle do planejamento da cidade e do uso da terra, a fim de minimizar os riscos ao meio ambiente, e promover a regularização de áreas ocupadas por populações de baixa renda.

Portanto o cadastro e a análise dos dados socioeconômicos apontados se encontram em um banco de dados eficiente para a aplicação de medidas públicas estruturais no planejamento urbano, bem como na intervenção junto à população para fins de melhoria da qualidade de vida da população menos favorecida nas áreas de riscos a inundação.

Descartamos desse modo que o território seja um território ribeirinho, já que os apontamentos sugerem que os sujeitos não possuem vínculo com o rio. Os sujeitos em sua grande maioria eram moradores do espaço rural, onde os quais foram orientados para a cidade, diante do processo hegemônico da narrativa do espaço agrário.

Essa população foi desterritorializada do campo, e sem ter outro espaço para reterritorializarem-se ocuparam um espaço rejeitado pela sociedade, na cidade, e lá se fixaram.

Por se tratar de um espaço natural, próximo ao rio, sujeitos e território transformam-se vítimas da segregação, sem identidade, sem direitos, sem territorialidade.



REFERÊNCIAS

ANA - Agência Nacional de Águas. Disponível em: < <https://www.ana.gov.br>.> Acesso em: 12 Jun 2020.

ARRUDA, Rinaldo S. V. (2000). "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos**. São Paulo: NUPAUB, Hucitec. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X1999000200007&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 22 Mai 2020.

BRASIL. "Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil". 2000. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: SEDEC.

_____. Ministério das Cidades/Instituto de Pesquisas Tecnológicas. 2004. "**Mapeamento e Gerenciamento de Áreas de Risco**". IPT/CPEPD/UFSC. Brasília: Ministério das Cidades. Página 222.

_____. Ministério das Cidades/ Instituto de Pesquisas Tecnológicas- IPT. 2007 "**Mapeamentos de Riscos em Encostas e Margens de Rios**. " Brasília. Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas- IPT.

COELHO, M.C.N. 2001. "Impactos ambientais em áreas urbanas - teorias, conceitos e método de pesquisa". **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. P. 19-45.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HARVEY, David et al. A liberdade da cidade. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 26, p. 09-18, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74124> Acesso em: 10 Mai 2020.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 Jun. 2019.

LIXINSKI, V. Z.; MELLO, I. S. LEVANTAMENTO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ATINGIDOS POR INUNDAÇÕES EM JAGUARI – RS In: VI SEMANA GEOMÁTICA, 2016. Santa Maria, **Anais do Evento** 2016. p. 101-109.

DE SOUZA, Marcelo José Lopes. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. Ática, 1996.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1984.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993. 269p.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 137 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96712>>.

SANTOS, F. de O.; CHAVES, M. R. Evolução urbana, especulação imobiliária e fragilidade ambiental em Caldas Novas (GO). **Caminhos de Geografia Uberlândia** v. 10, n. 32 dez/2009 p. 126 - 137 - revista *on line* - ISSN 1678-6343.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica**. 1978.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de et al. (orgs.): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.